

## O DESENVOLVIMENTO DAS LEITURAS E PRÁTICAS EDUCATIVAS NO BRASIL COLÔNIA: UM ESTUDO A PARTIR DE PESQUISAS HISTORIOGRÁFICAS

### 1 Introdução

Os estudos sobre Educação e Desenvolvimento Rural em curso no Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Gestão Socioeducacional e Formação de Professor (GPGFOP/UNIT/CNPq) contemplam, além da ruralidade como categoria teórica, a questão da história dos manuais escolares, tanto em Portugal como no Brasil. O objetivo deste artigo é compreender como se desenvolveram as leituras educativas no Brasil Colonial. Nesta perspectiva, o estudo identifica na obra *O Perfil do Leitor Colonial*, de Jorge de Araújo Araújo (1999), aspectos relacionados as primeiras leituras que orientaram a instrução pública da sociedade brasileira, e relaciona os modelos didáticos utilizados durante o período.

O estudo foi desenvolvido pela via da pesquisa bibliográfica, considera por Gil (1999) como uma pesquisa indispensável nos estudos históricos. Nesse sentido foram utilizados livros de leitura corrente, que comunicaram estudos historiográficos sobre aspectos das leituras realizadas no Brasil Colonial. A importância deste tipo de fonte é evidenciada por Gil (1999, p. 76) “para as pesquisas são muito importantes às obras de divulgação, sobretudo aquelas elaboradas com a finalidade de comunicar aos especialistas das áreas os resultados os resultados de estudos e pesquisas”. Assim como base teórica, foram utilizados os estudos de Araújo (1999) e Oliveira (2010). Espera-se que este estudo contribua para a compreensão da formação cultural literária no país até a materialização, configuração e uso dos primeiros livros educativos.

Com o objetivo último de compreender as representações constantes dos manuais escolares, tanto de Portugal como do Brasil, é *mister* investigar sobre as primeiras experiências de leituras realizadas pelos brasileiros, em primeira instância no período colonial, bem como entender sobre: a circulação e as censuras impostas a esta; o consumo literário do período; o dirigismo de Portugal em relação ao desenvolvimento político e cultural da Colônia; a contribuição dos jesuítas, e demais ordens religiosas, no processo educativo e cultural do país; e as práticas educativas da época que orientaram as primeiras instruções públicas.

A obra *O Perfil do Leitor Colonial* de Jorge de Araújo Araújo (1999), permite tal investigação ao passo que efetua um mapeamento exaustivo, com critério historiográfico de registro, sobre as experiências de leituras no Brasil, do século XVI ao XIX, a partir da análise de mais de 50 mil documentos. As análises efetuadas se constituem numa rica e preciosa fonte de informações que auxiliam na investigação da história da circulação do livro no Brasil, o que remete ao próprio desenvolvimento da leitura no país.

Nessa perspectiva, salienta-se a importância dos estudos historiográficos brasileiros, que contribuem para a consolidação da própria história da educação, compreendida como:

[...] um repositório de muitas histórias dialeticamente interligadas e interagentes, reunidas pelo objeto complexo “educação”, embora colocado sob óticas diversas e diferenciadas na sua fenomenologia. Não só: também os métodos (as óticas, por assim dizer), têm características preliminarmente diferenciadas de maneira a dar a cada âmbito de investigação a sua autonomia/especificidade, reconhecê-lo como um “território” da investigação histórica (CAMBI, 1999, p. 29).

No entendimento de Chartier (1998, p. 77), “a leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados”. Assim, para este autor:

Toda história da leitura supõe, em seu princípio, esta liberdade do leitor que desloca e subverte aquilo que o livro lhe pretende impor. Mas esta liberdade leitora não é absoluta. Ela é cercada por limitações derivadas das capacidades, convenções e hábitos que caracterizam, em suas diferenças, as práticas de leitura. Os gestos mudam segundo os tempos e lugares, os objetivos lidos e as razões de ler. Novas atitudes são inventadas, outras se extinguem [...] (CHARTIER (1998, p. 77).

É pois este movimento descrito por Chartier que importa em nosso estudo, uma vez que ele influí diretamente na evolução dessa história, levando o objeto de leituras, o livro, a sofrer modificações e ir se transformando com o passar dos tempos.

Desta transformação surge o livro didático, entendido por Magalhães (2011) como fruto do trabalho intelectual e de representações de pessoas, sendo produto intelectual, material e estético, e meio de conhecimento que integrou um complexo estrutural constituído por binômios como: leitura/leitor; pedagogia/ordem de conhecimento; técnica editorial/meio didático; entre outros. Ao refletir sobre a aplicação deste instrumento em Portugal durante o Estado Novo, Magalhães (2011, p. 9) afirma, o manual escolar “independente da

especificidade didática foi um meio de leitura. Formou, orientou, pois sua utilização estava condicionada a adequação à capacidade leitora do sujeito a que estava destinado”.

Considerando os binômios leitura/leitor e pedagogia/ordem de conhecimento, temos em Araújo (1999, p. 19) que o resultado a que chegaram em suas análises, “em que pesem as dificuldades próprias de toda pesquisa de campo, é que o brasileiro, se não lia tudo ou bem, ao menos lia”. A observação mais concreta sobre o perfil social do leitor no Brasil Colônia é que este era abastado e do sexo masculino, sendo raras as mulheres que aparecem como inventariadas, e a informação mais direta e concludente que se pode extrair no levantamento é que esse leitor era formalmente articulado com doutrina, ofício ou profissão, tendo a característica de leitura mais frequente a dos clássicos, ao lado dos estudos linguísticos, entretanto, era sempre um leitor de extração rural ou burguesa, de formação liberal, tornando-se mais numeroso, eclético e reformista na medida em que se aproxima da passagem do século XVIII para o XIX (ARAÚJO, 1999).

No tocante a prática educativa e ordem de conhecimento, Araújo (1999, p. 21) afirma em suas conclusões, “os que aqui permaneceram conformaram-se aos estudos de feição letrada e mecânica, educação inchada da vocação latinizante dos colégios religiosos, num ensino adaptado e conservador dos postulados casuísticos da Idade Média”. Porém o Brasil leitor avança no século XVIII e algumas vezes subverte as correntes de dominação jesuítica ou regalista, manifestando um espírito curioso e interessado tanto em obras científicas que interferem a figura passiva e apaixonada pela literatura do leitor colonial dependente dos modismos da Metrópole (ARAÚJO, 1999).

Assim, importa conhecer que leituras levam Araújo a formar tal opinião sobre o leitor colonial brasileiro, e que influenciaram à época a instrução deste leitor.

## **2 Desenvolvimento das Leituras e Práticas Educativas no Brasil Colônia**

O processo educativo e cultural, desenvolvido durante a colonização em terras brasileiras, no século XVI, é fortemente marcado pela presença da Igreja, representada pela Companhia de Jesus. Neste período, segundo Araújo (1999), sobrevêm aos jesuítas, por mais dois séculos, outras ordens como dos beneditinos, franciscanos e carmelitas, e os livros que circulavam entre eles seriam os de devoção, necessários à tarefa evangelizadora.

No entanto, em cartas mantidas entre estes religiosos, entre 1549 e 1553, observa-se pedido de livros, pedido de empréstimos em dinheiro para que se envie livros para biblioteca, e informações sobre as primeiras práticas de ensino desenvolvidas na Colônia.

As Cartas do Pe. Nóbrega e Pe. Brás Lourenço mencionam que os meninos índios aprendem a ler e escrever e que um gramático de Coimbra ensina gramática a mamelucos mais hábeis, além de indicarem que o Pe. Antônio Blásquez ensina meninos índios a ler, escrever e a gramática (ARAÚJO, p. 25). O autor ainda afirma, “o processo de educação pública integrada aos postulados jesuíticos vem a ser um monte frequente nas observações e debates dos padres. Faz parte da ideologia contra-reformista e dos objetivos expansionistas da Companhia de Jesus (ARAÚJO, 1999, p. 25).

Constata-se em carta do Pe. Diego Mirón, encaminhada a Lisboa em 1554, a necessidade da pedagogia e cita tipos de ensino a serem aplicados, como lições de casos de consciência, gramática e latim, porém estes estudos se desenvolviam com lentidão e dificuldade, justamente pela falta de livros para instrução (ARAÚJO, 1999, p. 25). Este autor ainda enfatiza:

[...] para compreender o quadro da cultura no Brasil dos dois primeiros séculos, é sobretudo indispensável compreender o papel e a trajetória dos padres jesuítas, igualmente se torna obrigatória a recorrência à história da Companhia de Jesus no Brasil, de Serafim Leite [...] Nela, com oportunidade, cita-se o P. Irmão Pero Correia que, em 1553, pediu livros em linguagem para as tarefas da catequese. Entre os livros citados, constavam Confissões de um pecador, Doutrina cristã [...], mais uma Exposição do primeiro salmo de Davi, uma Suma de doutrina cristã e o Catecismo cristão para instruir meninos (ARAÚJO, 1999, p. 36-37).

Segundo conclusão de Araújo (1999), pouco havia em matéria de livro neste período, os padres registravam seus esforços como copistas das obras disponíveis, reconheciam as habilidades dos nativos em aprender, desenvolviam estudos linguísticos, identificavam suas necessidades docentes, uma vez que o ensino se desenvolvia rudimentarmente, o que leva o autor a deduzir que os padres possuíam livros de uso individual, embora fosse praticamente insustentável afirmar quais eram os títulos que circulavam à época, ou seja, o Brasil de quinhentos permaneceu na sombra. Mesmo no período de 1580 a 1640, quando o Brasil esteve sob dominação espanhola, o panorama cultural da Colônia não mudou.

Talvez pela esquiada disposição do poder hispânico, talvez pelos interesses de Castela, orientados de forma diversa da que se deu no resto da América, de

sua direta iniciativa colonizadora. De qualquer modo, a atitude portuguesa para sua colônia brasileira, além de meramente extrativa, não vislumbrou interesse na expansão de um processo civilizatório duradouro e consequente, quanto à cultura literária. Nada fez Portugal nesse particular, deixando aos jesuítas toda tarefa educativa e cultural (ARAÚJO, 1999, p. 30).

Pelo exposto, observa-se a iniciativa dos jesuítas em desenvolver incipientes práticas de ensino na colônia apesar das dificuldades pela falta de livros e de recursos financeiros para adquiri-los, e do próprio caráter da política meramente extrativista desenvolvida pela Metrópole. Enfatiza-se nos quinhentos a preocupação destes religiosos com o envio de livros que possibilitasse o ensino das primeiras letras, da gramática e do latim.

No entendimento de Araújo (1999, p. 31) “a América portuguesa dos primeiros séculos não trata da formação ou desenvolvimento de qualquer processo educativo que tome a Literatura como instrumento de transmissão cultural”. A tarefa educativa e cultural na Colônia foi deixada a cargo do jesuítas, e a cultura destes “só se fez objeto de um conhecimento comprometido com a ideologia reacionária e conservadora da Contra Reforma. A leitura aí inscrita só se manifesta enquanto mecanismo retórico para uso da imediata ação missionária” (ARAÚJO, 1999, p. 31).

Ao final do século XV e durante o seguinte, são editados livros em Portugal, porém, com o movimento da contra-reforma, e o controle do tribunal de Inquisição quanto a preocupação em conter o livre acesso de ideias, não havia uma livre circulação desses impressos. Nessa perspectiva, Araújo afirma:

A segunda metade do século XVI e a instituição missionária dos jesuítas no Brasil constituem, assim o surgimento de nossa formação cultural, o movimento possível de ideias e de livros, a vontade contingente da cultura. Afinal, foram os padres da Companhia que nos trouxeram o alfabeto, o latim, a gramática e a literatura de fundo mítico e ascético (ARAÚJO, 1999), p. 32).

O autor ainda menciona que Cardim (1980) faz referência a características do ensino ministrado no Colégio Bahia, em 1583, o qual compreendia: teologia, cursos de arte, classes de humanidades, escola de ler e escrever (ARAÚJO, 1999, p. 33), mas afirma que existe muito pouca informação sobre os títulos, autores e sobre a criação de bibliotecas no período.

A pesquisa constatou que o historiador Rower (1957) menciona a existência de 240 volumes na biblioteca do convento franciscano de S. Bernardini, em Angra dos Reis em

1808, o que representa um forte indício da presença cultural e pedagógica relativa a esta ordem no país (ARAÚJO, 1999, p. 34).

O Brasil leitor colonial do século XVI é visto pelo autor como dependente ora da catequese ora do colonialismo cultural, exercido pelo ensino mecanizado, não humanista, mimético de modelos clássicos para uso retórico da evangelização. Assim, segundo Araújo (1999) neste século e nos seguintes foram realizadas leituras de colégio religioso, escalando-se a trilha livresca de cartilhas, livros de devoção, práticas dos sermonários e catecismos teológicos, e em muito casos leituras feitas a partir de cópias de original batido, como no caso das leituras obrigatórias dos clássicos para fins docentes do ensino de Latim, que ainda sofriam expurgo de trechos censurados pela Inquisição ou pelo moralismo religioso.

Foram incorporados assim na tradição leitora do Brasil, ao final do século XVI e no seiscentos e setecentos, clássicos como Virgílio, Cícero, Horácio, Ovídio e Sêneca, talvez sendo possível ainda acrescentar a lista um ou outro clássico grego, como Aristóteles e Platão (ARAÚJO, 1999). Mesmo assim, o autor reconhece:

[...] a instrução jesuítica – e os livros que circularam na esteira do ensino – foi instrumento da catequese e a esta serviu mais que à cultura brasileira **tout court**. A qui não se desenvolveu a instrução pela instrução, nem o ensino como propósito e modelo de mudança intelectual, ou de elevação social da Colônia, mas o ensino contemplado pela dominação catquética (ARAÚJO, 1999, p. 43).

Quanto ao ensino no século XVII, Araújo (1999) enfatiza em sua obra as informações noticiadas por outros autores quanto a um Regulamento Holandês de 1634, oriundo dos calvinistas que propugnava pela educação religiosa e cristã dos negros pernambucanos, e ainda uma proposta holandesa, de 1638, para educação de índios no Brasil e Holanda, que integraria órfãos holandeses no aprendizado, no Brasil, do português e do tupi e no Brasil e na Holanda, o alfabeto e depois o catecismo huguenote. O autor também menciona o ensino maranhense, que conforme Milson Coutinho fixa um modelo característico das aulas de leitura e contos nos colégios dos jesuítas daquele estado, concluindo quanto a um quadro de incultura generalizada no país e no Maranhão.

O autor também aponta para dificuldade de se definir um perfil de leituras para este período, assim os livros levantados a partir de inventários e testamentos, do Arquivo do Estado de São Paulo não apresentaram contribuições relativas a leituras utilizadas para instrução pública.

Com relação ao século XVIII, Araújo (1999) menciona a circulação de livros a partir da presença educadora de religiosos na Bahia, e constata a existência de uma Lista de alunos da aula de Gramática latina da via de Camamu, em 1765, evidenciando a permanência desta língua nos estudos menores. Enfatiza ainda que a “instrução pública, no interior da reforma pombalina, é assunto que se afigura como contribuição ao conhecimento de um perfil de leitura no século XVIII” (ARAÚJO, 1999, p. 64).

Pela análise do autor no inventário do bispo de Pernambuco, D. Thomas da Encarnação Costa Lima, desvenda a existência na colônia de várias escolas particulares em Recife e Olinda, dirigidas por padres, nas quais se ensinava português, latim, retórica e filosofia; aulas públicas de grego e matemáticas. Ainda foi constada a presença dos oratorianos em Olinda, em 1755, quanto aos estudos relativos a oratória sagrada, estudos históricos e torneios poéticos de cultores de conferências e festejos reunidos literanos (sem menção de títulos e autores) ” (ARAÚJO, 1999).

Quanto a expulsão dos jesuítas dos territórios portugueses, o autor menciona que certamente trouxeram dissabores no Brasil, a exemplo do estado do Espírito Santo onde registrou-se prejuízo considerável a instrução e sobre o estado do Mato Grosso evidencia o caráter ilustrado no ensino.

O ensino público que se seguiu ao dos jesuítas ficou sendo mantido pelo Subsídio Literário desde 1772. No Espírito Santo, como no resto do país, a população manteve os mestres nas escolas, por força de um imposto coletado pelas Câmaras. O ensino teve a circunstância da obrigatoriedade. [...] Sobre a instrução pública no Mato Grosso, evidencia-se uma tendência singular para o ensino técnico, de um incipiente caráter mais ilustrado ou cientificista, coma criação das cadeiras de Aritmética, Geometria e Trigonometria, além da manutenção dos cursos de Grego e Latim, com o pagamento dos mestres decorrendo do Subsídio Literário (ARAÚJO, 1999, p. 65).

Também no estado do Grão Pará, Maranhão e Rio Negro, em 1759, o governo impôs o restabelecimento de estudos como Doutrina cristão, letras, escrever, contar, e da gramática. Sobre a instrução em Minas, a carta do governador à época, Lourenço de Almeida, antecipa alguns dos maiores problemas da educação no Brasil, relacionado a dificuldade de se criar os rapazes (muito ilegítimos e filhos de negros) numa “doutrina” que levasse em conta as ordens de Sua Majestade.

Na segunda metade do século XVIII com a conseqüente repercussão da ação regalista de D. José I, altera-se o panorama da circulação de livros no país. Diversos são os

documentos apontados por Araújo (1999) que refletem a mudança deste panorama, o Alvará e Instruções de 28 de julho de 1759 que trata da proibição do antigo método de ensino utilizado pelos jesuítas e cartas que orientam a utilização, bem como a proibição, de livros e dicionários, além de informarem sobre a chegada de novos títulos para auxiliar no ensino. Neste sentido Araújo conclui:

Em que pese, porém todos os equívocos, exageros e desvios certamente ocorridos com o fenômeno Pombal (1760), a expulsão dos jesuítas e a mudança completa do sistema educacional vêm a ser marcos expressivos da civilização portuguesa e em suas colônias, uma vez que ratificam a assunção, pelo Estado, da responsabilidade social com o modelo educativo. [...] O eixo da educação a serviço se desloca então da Igreja para o Estado (ARAÚJO, 1999, p. 73).

Neste sentido, Araújo (1999) afirma que foram defendidos livros necessários à permanência de um estudo anti-jesuítico e modernizador. Tais livros eram defendidos por Luis Antonio Verney, autor do **Verdadeiro método de estudar**, que introduziu em Portugal, a filosofia racionalista e lógica de Locke, e tomou para si a tarefa de anular as barreiras oficiais, desmistificar o sistema fechado do ensino jesuítico, e pelos oratorianos. Segundo o autor para Verney, não é necessário ler muito, mas bem. Assim Verney “recomendava o aprendizado das línguas nacionais e isso incomodou significativamente o oficialismo na educação, pois os jesuítas tinham o latim uma espécie de pátria linguística comum obrigatória” (ARAÚJO, 1999, p. 84).

Constata-se no estudo de Oliveira (2010):

[...] que não era novidade o método defendido por Verney, mas sua intenção no contexto português, foi fundamental para que as principais leis pombalinas relacionadas à língua portuguesa fossem formuladas e expedidas: a Lei do Diretório, de 3 de maio de 1757, confirmada pelo Alvará de 27 de agosto de 1758, que estabeleceu, como “base fundamental da Civilidade”, a proibição das línguas indígenas e da “língua geral” e impôs a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa como idioma oficial, criando escolas, para meninos e meninas, de doutrina cristã, ler e conta – nas escolas de meninas, o contar era substituído pelo “fiar, fazer renda, costura”, e mais os “ministerios propios daquelle sexo” (PORTUGAL apud OLIVEIRA, 2010, p. 35).

Quanto a tendência pedagógica na obra verniana, o estudo de Oliveira (2010) constatou que Franco (2006) identifica nesta nova performance pedagógica global um ensino faseado, adequado a diferentes faixa etárias (aligeirando os conteúdos densos, que criam

aversão a escola), com uma metodologia atraente, que recorra a métodos lúdicos e divertidos que façam os educandos ter gosto pela aprendizagem e que supere o sistema de ensino rígido, pesado, triste e punitivo do ensino escolástico. Neste sentido ainda constata:

Para uma infusão de uma ainda maior motivação e confiança nos alunos sugere a abolição dos castigos mais severos. Na sua visão avançada da didática, que, em alguns aspectos, mantém ainda uma grande validade e actualidade, defende a importância dos livros escolares serem ilustrados com gravuras de vária ordem, para que os conteúdos sejam mais facilmente assimilados e os alunos possam encarar o estudo como uma espécie de divertimento [...] (FRANCO, apud OLIVEIRA, 2010, p. 37).

No caso dos oratorianos, membros da Congregação do Oratório, a ênfase recaí sobre a obra o **Novo método de Gramática latina**. Esta congregação defendia o ensino igualitário quanto a métodos e orientações de leitura, destacando nesse sentido “o papel do teólogo Francisco Pedroso, sob cujo magistério se desenvolveriam, num sistema orgânico, as disciplinas seguidas nos colégios sob reforma” (ARAÚJO, 1999, p. 95).

Finalizando sobre o século XVIII, Araújo (1999) relaciona as obras e autores metodologicamente recomendados para os estabelecimentos de ensino da congregação: escolas de primeiras letras, sendo 11 no total; para escola secundária ou dos estudos avançados, num total de 8 livros; para o estudo de Poética e Retórica, sendo um total de 5 obras; e por fim para o estudo de História e Geografia, num total de 4 obras. Também é relacionado pelo autor 15 obras proibidas pelo regalismo português.

Têm-se assim, a partir da relação das obras recomendadas pelas escolas oratorianas, um esboço inicial dos primeiros livros educativos utilizados na instrução pública no Brasil.

## Considerações Finais

Conclui-se com o estudo, que nos séculos XVI e XVII apesar dos esforços das ordens religiosas em desenvolver o ensino no país, esta prática era bastante incipiente e pouco havia em matéria de livros, constatado pela pouca circulação destes na Colônia, o que dificultou o desenvolvimento da leitura no processo educativo.

As leituras educativas estavam a mercê dos livros individuais pertencentes aos religiosos, em especial aos religiosos da Ordem Jesuíta, que tinham a tarefa educativa e cultural na Colônia. Livros certamente voltados ao ensino das primeiras noções de ler e escrever, ou seja, relativos a Gramática e do Latim .

Mesmo com a dificuldade encontrada na obtenção dos títulos e autores dos poucos livros que circulavam à época, evidencia-se ainda a circulação entre estes religiosos de livros relativos a devoção, característicos da evangelização, e sobre artes e humanidades (relativo as aulas aplicadas no Colégio Bahia em 1583). É preciso ter em mente que as leituras inscritas neste período eram manifestações retóricas usadas para imediata ação missionária. A pedagogia jesuítica era centrada em estudos de feição letrada e mecânica, caracterizada pelo conservadorismo dos postulados casuísticos da Idade Média.

A criação de um perfil de leitura no século XVIII recaí nas mudanças da instrução pública advindas com a reforma pombalina, alterando-se assim as leituras educativas desenvolvidas na Colônia, que passaram a ter um caráter ilustrado ou cientificista, como no caso da instrução pública do Mato Grosso.

Levando em conta a defesa pombalina pelo novo método de Varney, conforme afirmado nos estudos analisados, constatou-se a difusão de uma nova performance pedagógica global, caracterizado pelo ensino faseado, adequado a diferentes faixa etárias, tendo conteúdos aligeirados, sendo possível a utilização de métodos lúdicos e divertidos com a intenção de que fosse superado o sistema de ensino rígido, pesado, triste e punitivo característico do ensino escolástico jesuíta.

Apesar da proibição de alguns livros, relacionados por Araújo, num total de 15 títulos, intensificou-se a solicitação de títulos em substituição aos proibidos, e numa relação de novos livros indicados pelas escolas oratorianas para o estudo das primeiras letras, secundário, Poética, Retórica, História e Geografia são mencionados um total de 28 títulos, quase o dobro dos proibidos. Com o auxílio dessa Congregação, a defesa passa a ser por um ensino igualitário quanto a métodos e orientações de leitura, e o magistério se desenvolve num sistema orgânico.

## Referências

- ARAÚJO, Jorge de Araújo. **Perfil do leitor colonial**. Salvador: UFBA, Ilhéus: UESC, 1999.
- CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. Tradução de Álvaro Lurencini. São Paulo: UNESP (FEU), 1999. (Encyclopadéia)
- CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**: conversações com Jean Lebrun. Tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: UNESP, 1998.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.
- MAGALHÃES, Justino. **O mural do tempo – manuais escolares em Portugal**. Lisboa: Edições Colibri, 2011.
- OLIVEIRA, Luiz Eduardo. **A legislação pombalina sobre o ensino de línguas**: suas implicações na educação brasileira (1757-1827). Maceió: EDUFAL, 2010.